

PROJETO DE LEI Nº 809, DE 2003

Dispõe sobre a assistência à mãe e ao filho gerado em decorrência de estupro.

Autor: Deputado ELIMAR MÁXIMO DAMASCENO

Relator: Deputado PASTOR FRANCISCO OLÍMPIO

I - RELATÓRIO

O Projeto de Lei em epígrafe, de autoria do nobre Deputado ELIMAR MÁXIMO DAMASCENO, institui a assistência à mãe e ao filho gerado em decorrência de estupro, na hipótese de estupro devidamente comprovado e reconhecido em processo judicial, com sentença transitada em julgado, de que tenha resultado gravidez. O Poder Público, deverá colocar gratuitamente à disposição da mulher toda assistência social, psicológica, pré-natal, registro do recém nascido, bem como assumir o pátrio poder como benefício mensal de um salário mínimo para reverter em assistência à criança até que complete dezoito anos. O pagamento será efetuado pelos Conselhos dos Direitos da Criança e do Adolescente, com recursos oriundos do Fundo de Amparo à Criança e ao Adolescente.

O ilustre Autor invoca atos Constitucionais. dos direitos e garantias fundamentais , Capítulo da família, da Criança, do Adolescente . Decreto Lei Nº 2.848/1940 O Capítulo dos crimes Contra a Vida e do Estatuto da Criança e do Adolescente no Capítulo do direito à Vida e à Saúde, Lei nº 3.099/98 do Rio de Janeiro sobre Investigação e a Persecução Penal em caso de Crime de Estupro e sobre a Responsabilidade do Estado quando daquele resulte gravidez .

Decorrido o prazo regimental não foram apresentadas Emendas.

É o Relatório.

II – VOTO DO RELATOR

Diante do exposto, evidentemente, trata-se de uma preocupação das mais louváveis a que exprime o digno Deputado Elimar Máximo Damasceno por intermédio da presente proposição, é que dar direito a assistência integral a vítima de estupro e um benefício mensal a aquele que veio ao mundo sobre artifício da violência.

Entretanto, os direitos fundamentais de todos indivíduos já são garantias constitucionais. Ocorre que Os Conselhos dos Direitos da Criança e do Adolescente, em muitas cidades brasileiras ainda não estão constituídos, e em outras cidades desorganizados. Na verdade, poucas estão legitimamente formados, haja visto que os Conselhos Municipais dos Direitos da Criança e do Adolescente no Brasil, encontram-se ainda em fase experimental, não havendo uma conscientização por parte das Empresas em participarem para o fortalecimento destes Conselhos, tornando-se praticamente inviável colocarmos mais esta responsabilidade sobre os “ ombros “ do supracitados conselhos.

Nosso voto é, portanto, pela rejeição do Projeto de Lei nº 809, de 2003.

Sala da Comissão, em 28 de julho de 2003.

Deputado PASTOR FRANCISCO OLÍMPIO
Relator